

ATA Nº 15/2017 – Terceira Oficina Temática para Revisão do Plano Diretor Municipal: Macrozoneamento, uso e ocupação de solo.

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete as dezesseis e trinta horas, no Miniauditório do Centro Sulamericano de Ensino Superior – CESUL no município de Francisco Beltrão – PR, reuniram-se a coordenação dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal para a terceira oficina temática: Macrozoneamento, uso e ocupação de solo. As equipes de trabalho: Equipe Técnica Municipal – ETM e Comissão de Acompanhamento - CA foram devidamente convocadas. Conforme lista de presença disponível no local da reunião foram registradas as seguintes presenças, incluídos participantes voluntários e demais interessados: 1 - Marcos Aurélio Guerra da Associação Empresarial de Francisco Beltrão ACEFB; 2 – José Claudemir Borges do Conselho de Desenvolvimento Urbano CDU; 3 – Natália Brugnago da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SMMA; 4 – Cláudio Loes da ECOPHYSIS; 5 – Ertal de Oliveira Arquiteto; 6 – Roberta B. de Oliveira Cirino Arquiteta; 7 – Alexandre R. Sabadin Engenheiro Civil; 8 – Ivo Sendeski corretor de imóveis; 9 – Nádia Bonatto da Secretaria Municipal de Assistência Social; 10 – Leandro Legramanti da Secretaria Municipal de Assistência Social; 11 – Fátima M. Guis sociedade; 12 – Nelson Venzo do Departamento de Interior da da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 13 – Evandro Wessler vereador; 14 – Carolina Jacinto Arquiteta e Urbanista; 15 – Indianara A. R. Soares UNIPAR; 16 - Elvis Rabuske Hendges Unioeste; 17 - Suzane Vollmerhausen da Secretaria Municipal de Educação; 18 – Ariadne de Farias Resbra/UFPR; 19 – Maria Lúcia Matarezi Departamento de Agricultura e Agropecuária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 20 – Fernanda Bonardi Arquiteta e Urbanista; 21 – Eduardo Mazzon Garcia Arquiteto e Urbanista; 22 – Beatriz M. Bastos Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 23 – Richard Zajackowski Rotary III Milênio; 24 – Fernando M. G. Savian 3º SGBI Corpo de Bombeiros; 25 – Marcos Anselmo Gross dos Santos Defesa Civil Municipal; 26 – Alcimar Paulo Freisleben estudante doutorado; 27 – Tiago Marcelo Secretaria Municipal de Finanças; 28 – Inácio Pereira Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico SEMDETEC; Franciele Schmitz vereadora legislativo; 30 – Liziane K. T. Behne Ippub Secretaria Municipal de Planejamento; 31 – Guilherme Seifert Neto Ippub Secretaria Municipal de Planejamento; 32 – Clóvis Rech IAP Francisco Beltrão; 33 – Pedrinho Veroneze Secretaria Municipal de Administração; 34 – Antonio Pedron Secretaria Municipal de Planejamento; 35 - Léo Garcia vereador legislativo; 36 – Marilda Galvan Departamento de Trânsito DEBETAN; 37 – Julio Barreto Maia Júnior Assessor Legislativo Municipal; 38 – Jandir Azevedo Administrativo; 39 – Ricardo Carvalho Leme Unioeste; 40 – Sérgio Luiz Túrmina Imobiliária SL; 41 – José Carlos Vieira Núcleo Imobiliário; 42 – Lariça de O. Castro Pinheiro Arquiteta e Urbanista; 43 – Vilmar Rigo Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 44 – Adraino Roberto David Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 45 – Itacir C. Rovaris SEMDETEC; 46 – Sonia Faust Arquiteta e Urbanista; 47 – Itamir Montemezzo Secretaria Municipal de urbanismo; 48 – Dalcy Salvatti Secretaria Municipal de Planejamento e 49 – Nileide T. Perszel Secretaria Municipal de Planejamento. A reunião foi aberta pelo Secretário Municipal de Planejamento e Vice-Prefeito Antonio Pedron, que saudou os presentes, e informou o andamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal, a seguir solicitou para que os servidores da Equipe Técnica Municipal ETM com novos integrantes, viessem a frente para a auto apresentação. Realizada a apresentação, Antonio passou a palavra ao Coordenador Dalcy Salvati para conduzir os trabalhos desta oficina de Macrozoneamento, uso e ocupação de solo. Iniciando com apresentação de slides, Dalcy expôs a dinâmica de trabalho em grupos a serem formados para trabalhar os seguintes temas: GRUPO 1: MACROZONEAMENTO: Uso e ocupação do Município; GRUPO 2: ZONEAMENTO:

Zonas Urbanas; GRUPO 3: ZONEAMENTO: Parâmetros de **ocupação** do solo urbano; GRUPO 4: ZONEAMENTO: Parâmetro de **uso** do solo urbano; GRUPO 5: PERÍMETRO URBANO: Zonas de expansão urbana e POLÍTICA URBANA: Política de desenvolvimento urbano / Modelo de cidade / Função social da cidade. A seguir passou a definir cada um dos temas de cada grupo: 1- Macrozoneamento tem o objetivo de estabelecer a estratégia de ocupação do solo urbano e rural do Município, deve ser o referencial espacial do Município, na Área Rural visa qualificar a diversidade e as áreas de interesse para a preservação ambiental dos recursos hídricos, nascentes, cursos d'água, maciços verdes, solos agricultáveis, assim como a recuperação de áreas degradadas. Urbano: são identificadas as áreas da consolidação da urbanização, vetores de crescimentos mais indicados, a partir da capacidade de suporte e infraestrutura existente e das condições do ambiente natural, as zonas rurais contíguas às zonas urbanas sofrem sua influência e apresentam processo de reconfiguração de sua estrutura fundiária. Demonstrou o mapa de Macrozoneamento do PDM 2006 objeto de revisão sete zonas distintas: - Macrozona urbana sede e distritos, corresponde a sede do Município, mais distritos de Jacutinga, Nova Concórdia, Jacaré e São Pio X; - Macrozona de conservação: objetivos: Manejo controlado do solo, garantindo as condições naturais do terreno e protegendo as matas ciliares dos córregos que existem na área; - Macrozona da dinamização da atividade rural objetivos: Garantir a manutenção dos espaços rurais, contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, incentivar a produção agrícola; - Macrozona do eixo de desenvolvimento econômico: corresponde à faixa de 100m ao longo de cada lado da Rodovia PR 483, em direção à Cascavel desde a cidade até a divisa do Município e ao longo da PR 475, desde a cidade, em direção à Nova Concórdia e até a divisa como Município de Verê, objetivos: Garantir ao longo principal eixo rodoviário municipal o desenvolvimento de atividades econômicas, aprovadas pelo órgão competente municipal; - Macrozona de conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Marrecas: objetivos: Manter a qualidade hídrica do Rio Marrecas. - Macrozona da área de preservação permanente e de fundo de vale: Faixas ao longo dos fundos de vales destinadas à proteção das matas ciliares; Objetivos: Garantir a obediência ao Código Florestal e recompor a mata ciliar, floresta, mata e bosque; e localização dos aviários. Macrozona de Contenção de Crescimento: corresponde à área entre a sede urbana e a divisa municipal no sentido sul, na direção de Marmeleiro. Objetivos: Manter uma contenção de ocupação naquela direção, evitando assim a conurbação com a sede urbana de Marmeleiro. A seguir o mapa de Zoneamento Urbano 2006 identificadas 16 zonas e setores distintos sendo: zona central, zona de uso misto 1, zona de uso misto 2, zona de comércio e serviço, zona de serviço e indústria, zona industrial 1, zona industrial 2, zona especial de interesse social, zona industrial especial, zona do parque do aeroporto, setor aeroviário, zona do Parque Linear do Marrecas, setor de parque, zona de preservação permanente, zona de restrição de ocupação, zona de proteção de áreas verdes. Dalcy opinou que o mapa de zoneamento, uso e ocupação de solo é confuso, com zonas fragmentadas e algumas indefinidas; como propostas para debate, destacou: - a ausência de zona exclusiva residencial somente zonas de uso misto 1 e 2 (criar zona residencial); - zona do parque do aeroporto, zona de preservação permanente, zona do Parque Linear do Marrecas, setor de parque deveriam ser definidas em uma só = ZPA já que nas mesmas qualquer tipo de uso é proibido; Identificar as áreas não urbanizadas no interior do perímetro urbano, como ZEU – Zona de Expansão Urbana, em que cada área será analisada em detalhe quando de sua solicitação de uso, ou seja de edificação, parcelamento ou loteamento, obedecendo todos os critérios da legislação. A nomenclatura da ZRO – Zona de Restrição de Ocupação poderá ser mantida para restringir a ocupação com novos loteamentos, em áreas não propícias ao adensamento, previamente estabelecidas e indicadas em mapas com definição e

bem detalhado. Seria estabelecida área não urbanizável no interior do perímetro urbano; teriam uma ocupação de baixíssima densidade. Seguindo, Dalcy apresentou o quadro de parâmetros de ocupação de solo urbano com taxa de ocupação de cada uma destas zonas. Parâmetros: Zonas de uso Taxa de ocupação máxima (%) Coeficiente de aproveitamento (.X), Altura máximo / gabarito – nº de pavimentos, Área mínima do lote (m²), Testada mínima do lote (m), Recuo frontal (m), Afastamentos laterais e de fundos (m), Taxa de permeabilidade (%). Zonas de uso → é um local, uma região, uma faixa, uma área delimitada, urbana ou rural, definida por um tipo predominante de uso (ex: residencial ou comercial ou industrial, etc.) que utilizam os mesmos parâmetros de uso e ocupação do solo (ex: taxa de ocupação, altura máxima, recuos e afastamentos, etc. A seguir Dalcy apresentou a formatação proposta de nova tabela de uso de ocupação do solo. Revisão da Densidade Demográfica: DENSIDADE BRUTA – Expressa o número total de pessoas residindo numa determinada zona urbana dividida pela área total em hectares; DENSIDADE LÍQUIDA - Expressa o número total de pessoas residindo numa determinada zona estritamente utilizada para fins residenciais; Planejamento dos serviços públicos: Energia, água tratada, esgoto, etc. População na cidade de Francisco Beltrão em torno de 78.000 habitantes: Área urbana: 60,69 km² – último perímetro ou 6.069 hectares, ~13 hab. X ha ou 1.285 hab. X km² considerando que em torno 40 a 50 % da área urbana da cidade não é favorável a urbanização – encostas de morros, rios, fundos de vales, etc. sobram de 3.000 a 3.600 ha de ocupação e considerando que a densidade ideal bruta de ocupação urbana é em torno de 120 habitantes x hectare poderíamos abrigar de 360 a 430 mil habitantes no perímetro atual. Apresentou tabela de problemas e vantagens em alta densidade e em baixa densidade e de fatores que influenciam na Densidade Urbana; As densidades residenciais são utilizadas para o dimensionamento e localização da infra-estrutura, dos equipamentos sociais e de serviços públicos (esgoto, luz, água, escolas, transporte coletivo, parques, etc.), Atualmente existe uma revalorização de densidades populacionais altas por parte dos pesquisadores urbanos. Sugeriu definição do tipo de crescimento: cidade Linear, radial, ou centralizada. Dalcy citou estudo de Jane Jacobs (2000): considera as baixas densidades do modelo do subúrbio americano como o principal fator do declínio das cidades dos Estados Unidos. Segundo ela, baixas densidades reduzem a diversidade de usos das áreas urbanas, tornando-as mais desertas e acentuando problemas como criminalidade e vandalismo, Segundo Haughton & Hunter (1994) densidades urbanas maiores tem sido consideradas importante para se alcançar um desenvolvimento sustentável, pois: a) A grande concentração de pessoas maximiza o uso da infraestrutura instalada, diminuindo o custo relativo de sua implantação e reduzindo a necessidade de sua expansão para áreas periféricas; b) Altas densidades reduzem também a necessidade de viagens já que a concentração de pessoas favorece as atividades econômicas como comércio e serviço a nível local; c) Por fim, elas encorajam o pedestrianismo e viabilizam a implantação de sistema de transportes coletivos. Cálculo de Densidade X Quadra: Alta = sendo Zona Quadras da área central ZC – 88 m x 176 m = 15.488 m² ou 1,55 ha: Coeficiente de aproveitamento = 8 / lote = 22 m x 44 m = 968,00 m², Total permitindo de construção = 7.744 m² (exceto garagens e áreas técnicas), a) Ocupação de 80% = 774,40 m² x pavimento = 10 pavimentos → de 6 a 8 aptos por pavimento com metragem entre 80 e 110 m² num total entre 54 e 72 apartamentos; Média de ocupação de 3 pessoas x apartamento, total de 162 a 216 pessoas; Ocupação máxima possível – 16 lotes x 162 pessoas = 2.592 pessoas / 16 lotes x 216 pessoas = 3.456 pessoas. Densidade demográfica líquida / média = 3.024 habitantes x hectare. Em outra zona: b) Ocupação de 50% = 484,00 m² x pavimento = 16 pavimentos → de 2 a 4 aptos por pavimento entre 110 e 220 m² num total entre 30 a 60 aptos. Média de ocupação de 3 pessoas x apartamento, total de 90 a 180 pessoas. Ocupação máxima possível – 16 lotes x 90 pessoas = 1.440 pessoas / 16

lotes x 180 pessoas = 2.880 pessoas Densidade demográfica líquida / média = 2.160 habitantes x hectare = este caso é relacionado a uma ocupação máxima possível na ZC, porém na prática este limite é muito difícil de ser realizado em razão dos vários tipos de uso desta zona. Dá para se estabelecer que a população da quadra ficaria entre 900 e 1.100 habitantes ou 580 e 710 hab. X ha – uma média relativamente alta. Cálculo de Densidade X Quadra = Baixa (zona de uso misto): Quadra padrão – 88 m x 176 m = 15.488 m² ou 1,55 há coeficiente de aproveitamento = 2 / lote = 22 m x 44 m = 968,00 m², Total permitindo de construção = 1.936 m² (exceto garagens e áreas técnicas); b) Ocupação de 50% = 484,00 m² x pavimento = 4 pavimentos → de 2 a 4 aptos. por pavimento. entre 110 e 220 m² num total entre 8 a 16 aptos. Média de ocupação de 3 pessoas x apartamento, total de 24 a 48 pessoas. Ocupação máxima possível – 16 l x 24 pessoas = 384 pessoas / 16 l x 48 pessoas = 768 pessoas. Densidade demográfica líquida / média = 372 habitantes x hectare = Este caso é relacionado a uma ocupação máxima possível na ZUM 2, porém na prática este limite é muito difícil de ser realizado em razão dos vários tipos de edificações desta zona (residências e edifícios). Dá para se estabelecer que a população da quadra ficaria entre 370 e 450 habitantes ou 240 e 290 hab. X ha – densidade média. No quadro seguinte apresentou IMAGEM AÉREA DO MUNICÍPIO E SEU ENTORNO divisas dos municípios – em amarelo / bacia do rio marrecas – em azul / perímetro da área urbana – em vermelho; e IMAGEM AÉREA DA CIDADE E SEU ENTORNO: rodovias principais – em amarelo / bacia do rio marrecas – em azul / perímetro da área urbana – em vermelho, rio marrecas – em azul claro / topografia – curvas de níveis – em laranja. Para localização e entendimento geográfico das áreas Dalcy demonstrou: - Quadro de áreas urbana e rural, distritos, área da sede e limites do Município; - Perímetro Urbano, área urbanizada já loteada ou consolidada, área não urbanizada ou de expansão urbana, área rural não urbanizável e fora do perímetro urbano. Em seguinte quadro o histórico da legislação do perímetro urbano: Lei n° 458/73 de 11/10/1973 → ND; Lei n° 897/81 de 04/12/1981 → 32,94 Km²; Lei n° 1.606/89 de 18/12/1989 → 34,13 Km²; Lei n° 2.548/96 de 20/11/1996 → 38,94 Km²; Lei n° 3.380/07 de 10/08/2007 → 47,61 Km²; Lei n° 3.679/10 de 22/01/2010 → 49,52 Km²; Lei n° 4.159/14 de 19/03/2014 → 50,49 Km²; Lei n° 4.414/16 de 13/07/2016 → 60,69 Km². A) “O perímetro urbano é a fronteira que separa a área urbana da área rural no território de um município. Somente em terrenos localizados dentro deste perímetro pode o poder público determinar o parcelamento do solo a fim de atender os interesses de seus moradores.” B) “Linha que delimita exteriormente o aglomerado urbano, de acordo com o Plano e que inclui o conjunto dos espaços urbanos, dos espaços urbanizáveis e dos espaços industriais que lhes sejam contíguos.” A morfologia urbana é o estudo das estruturas, formas e transformações da cidade. Em urbanismo, uma cidade é considerada como um ser vivo, que se transforma a cada segundo e como tal possui funções variadas, criadas por inúmeros indivíduos e com uma velocidade imperceptível. Uma imagem física urbana é composta de cinco elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e ícones (ou monumentos); Os elementos móveis são as pessoas e suas atividades. Quadro de Modelo de Cidades: CIDADE LINEAR: A cidade linear tem como característica mais marcante o desenvolvimento *em linha*; geralmente com uma via central que funciona como estrutura principal em torno da qual se desenvolvem ramos secundários. A cidade linear está ligada em muitos aspectos à questão do transporte e da crescente importância do sistema viário no planejamento da cidade, principalmente ao longo do século XX; como exemplo de cidade linear demonstrou na próxima tela a imagem do Plano Piloto de Brasília; CIDADE RADIAL OU MONOCÊNTRICA: cidade dispersa num raio convergindo para o centro, exemplificou com a imagem da cidade de São Paulo; CIDADE POLICÊNTRICA: Caracteriza-se por ter mais de um centro urbano, Centro principal ou primário, Centro(s) secundário(s), Centro(s) terciário(s) Ex: Marmeleiro →

Francisco Beltrão (centro) → Cidade Norte. Dalcy finalizou sua apresentação com a tela Evolução da função social das cidades: CARTA DE ATENAS – 1933 sendo: Habitar – Lazer / Recrear – Circular; NOVA CARTA DE ATENAS – em 2003 FUNÇÕES URBANÍSTICAS: Habitação, Trabalho, Lazer e Recreação, Mobilidade. FUNÇÕES DE CIDADANIA: Educação, Saúde, Segurança, Proteção, FUNÇÕES DE GESTÃO: Prestação de Serviços, Planejamento, Preservação do patrimônio cultural e natural, Sustentabilidade Urbana. Dalcy destacou que na época falava-se em habitação, mobilidade, lazer recreação, Atenas conselho europeu de urbanismo, estabeleceu mais 8 funções, o desejo de Francisco Beltrão é atender as 12 funções. Agradeceu a todos pela presença e participação. Concluída exposição do tema a ser trabalhado, antes de iniciar a divisão dos grupos, Dalcy abriu espaço para exposição de pesquisa apresentando a professora Ariadne Silvia de Farias, geógrafa, doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, Voluntária da Proteção e Defesa Civil do Paraná e pesquisadora/colaboradora junto ao Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres CEPED/Paraná, Coordenadora e consultora da ResbraSul, filial da empresa Resiliência Brasil Eficiência em Gestão de Riscos e Desastres. Ariadne iniciou informando que tratará de forma didática o aspecto da legislação o tema: MACROZONEAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE FRANCISCO BELTRÃO NO CONTEXTO DA BACIA DO RIO MARRECAS – PR. Definiu Macrozoneamento: é a base fundamental para definir o uso e a ocupação de solo do município, assim como o zoneamento urbano ou a lei de uso e ocupação de solo; o macrozoneamento municipal deve utilizar-se da cartografia e dados espaciais para definição destas áreas; o principal balizador do macrozoneamento municipal deve ser o da compatibilidade, ou seja, as estratégias espaciais a serem definidas por este instrumento devem estar em consonância com as condições do meio físico, político, social, cultural e econômico. Mapa do zoneamento proposto 2007, bacia hidrográfica do Rio Marrecas – Paraná, Cidade Norte com pouca e nenhuma área de preservação ambiental. Na tela Bacia Hidrográfica, em destaque: Nascente – divisor topográfico de águas e foz; Ariadne salientou que a nascente da Bacia está localizada no município de Flor da Serra do Sul e corta o perímetro urbano de Francisco Beltrão, é esta água que entra no perímetro urbano causa das enchentes, inundações e alagamentos, e por isso destaca ser fundamental dialogar com o Município de Flor da Serra do Sul. Considerando a bacia principal e as sub-bacias (rios e córregos afluentes) a cidade está bem servida de nascentes, portanto é necessário fazer uma gestão adequada das águas urbanas e não virar as costas para os recursos hídricos, citou o córrego do Industrial canalizado que deságua na Bacia do Lonqueador. Da delimitação das Áreas de Preservação Permanente – APP artigo 4º da Lei nº 12.651/2012 atualizada pela Lei nº 12.727/2012: IV - Áreas no entorno das nascentes e dos olhos água, V – as encostas com declividade superior a 45%, IX – topo de morros, montes e serras. Mapa Hipsométrico da área urbana que representa o relevo por curvas de nível; Mapeamento das áreas de risco e vulnerabilidade socioambiental associado às inundações urbanas de Francisco Beltrão, considerou necessário atualizar dados com urgência para planejar o espaço municipal, buscou-se melhor imagem por não ser ideal imagem de satélite disponível. Fundos de Vale na área urbana de Francisco Beltrão: áreas de risco? Córregos que geram enxurrada e merecem atenção, pergunta: são áreas de risco? Na verdade são áreas de preservação permanente. Exemplificou com locais onde muro de contenção não resolveu; Ariadne ainda citou situação de dois Loteamentos localizados em topos de morro nos bairros São Miguel e Cristo Rei com bacias de contenção não concluídas, necessidade urgente para evitar desastres, pois existem famílias e residências abaixo da bacia de contenção, sugeriu visitar os locais; córrego do pinheirinho erosão na pista do aeroporto; Outra área de atenção cidade norte loteamentos embargados, população de vulnerabilidade social, cidade norte sendo ocupada de

forma desordenada. Antigo Frigobel ocupação irregular avançando. (Sr. Edson Flessak pode fornecer imagens da vista aérea). Bairro Industrial demonstrou no mapa – essas áreas deveriam estar definidas como de preservação. Alto da Julio – muro de contenção que rompeu atingindo casas de cota mais baixa; Bacias que se encontram com grande volume de águas; Topos de morros sem cobertura vegetal exemplo: antena na água branca, nas proximidades da Icavel e Avenida Pato Branco. Realizar Diagnóstico para comparações e definir áreas de crescimento. Opinou que precisamos de desenvolvimento coletivo e não de pequenos grupos, crescimento de forma ordenada; Realizar o “Mapeamento de áreas de risco e vulnerabilidade socioambiental associado às inundações urbanas em Francisco Beltrão”; Cruzamento dos dados IBGE (2010) prioridades que devem ser atendidas pela Administração Pública por meio da Defesa Civil municipal. Solicitou dados de cadeirantes e deficientes visuais atualizados do Município (ver com associação ADFVFB da Comissão de Acompanhamento do PDM). A seguir apresentou quadro de Relatório do Sistema Informatizado de Defesa Civil do ano de 2000 a 2017 tipos de desastres registrados, na ordem: tempestade local/convectiva – vendaval – tornados – granizo - chuvas intensas – seca – estiagem – enxurradas – deslizamentos – alagamentos – total de pessoas afetadas 133.375; Registro da CASA MILITAR DEFESA CIVIL – Ocorrências: 5 deslizamentos em 2007 e 4 deslizamentos em 2016 (o que não acontecia anteriormente) estiagem 12.730 em 2006 (afeta maior número de pessoas – implantação de rodízio de água) subiu para 38.000 pessoas afetadas em 2012 pela estiagem), o que demonstra a influência das ações no meio ambiente. Ariadne salientou que rios não são problemas, são fontes de sobrevivência, fenômenos naturais só são considerados desastre quando atingem pessoas, é preciso pensar nas pessoas, rede de drenagem, áreas verdes, e outras ações para conter ou diminuir os desastres. Ariadne finalizou a exposição com a bela imagem do Rio Marrecas na pintura em óleo sobre tela da artista Estela Maris da Rosa Loes. O coordenador Dalcy agradeceu a colaboração da professora Ariadne e retomou com a divisão dos participantes em cinco grupos determinando tempo de trabalho, dos seguintes temas: GRUPO 1: MACROZONEAMENTO: Uso e ocupação do Município; GRUPO 2: ZONEAMENTO: Zonas Urbanas; GRUPO 3: ZONEAMENTO: Parâmetros de **ocupação** do solo urbano; GRUPO 4: ZONEAMENTO: Parâmetro de **uso** do solo urbano; GRUPO 5: PERÍMETRO URBANO: Zonas de expansão urbana; GRUPO 6: POLÍTICA URBANA: Política de desenvolvimento urbano / Modelo de cidade / Função social da cidade. Ao término do tempo e concluídos os trabalhos um representante de cada grupo apresentou os apontamentos: GRUPO 1 por Nelson Venzo: o grupo discutiu o eixo de expansão da cidade, limitar na região do Jacutinga, abrir expansão para outros eixos como Concórdia, e o Contorno da cidade, - critérios para coibir empresas poluidoras. Distanciamento do eixo da rodovia ampliar de 100 para 150 metros. Explorar todos os eixos e definir antecipadamente, antes mesmo que sejam ocupadas. Maria Lucia Matarezi também do grupo 1, destacou qualificar tipos de indústrias de forma que a demanda de cada uma seja atendida com menor impacto ambiental possível, exemplo: grande consumo de água será alocada pós captação para abastecimento da cidade. Da plenária, José Carlos Vieira sugeriu faixa de isolamento acústico, área verde, impacto de vizinhança de loteamentos futuros. Itacir Rovaris sugeriu intervalo de área verde entre indústria e loteamento, entre área residencial e área industrial. Ricardo Leme sugeriu planejamento macro para as rodovias, deve estar planejado desvios, marginais, estudo de previsão de duplicação ou terceira pista deveria já estar previsto neste Plano. Grupo 2: Vilmar Rigo: Zoneamento Urbano: citou escala do mapa deficitária, necessidade de mapa mais fiel e atualizado numa escala mínima de 1:2.000 ou 1:3.000 para dados reais e específicos na identificação das áreas; sugestões do grupo: - criar zona de inundação - Definir melhor as ZEIS estudo mais aprofundado curvas de níveis, -

ampliação da área central, a mais impermeável que temos, fiscalização mais rigorosa e ser respeitada, - criteriar o uso de zonas Eixos de crescimento das ruas, - maiores critérios em instalações e uso das zonas 1 e 2 (mistas) industriais, de comércio, residencial, estudo de impacto de vizinhança, recursos hídricos; - grupo entende que deve manter o zoneamento ZRO e APP mas definir melhor dentro da legislação que rege; – Manter o perímetro urbano na extensão atual, delimitar e não expandir; – manter zonas industriais ao longo dos contornos. Finalizada apresentação do grupo, da plenária, o Professor Ricardo Leme sugeriu identificar e delimitar zonas residenciais, o padrão de ocupação para ajudar o poder público, mapa que não é real áreas passíveis de serem ocupadas, no perímetro novo definir áreas antes da aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal. José Carlos Vieira opinou ser importante observar correntes de ar, estabelecer estes critérios nos tipo de indústrias. (já incluído). Grupo 3 Ricardo Leme: “Tipo de cidade que queremos”: Estatuto das Cidades 2001: idéia de função social da propriedade; - Prefeitura implantar IPTU progressivo como ferramenta de enfrentamento dos vazios urbanos; - Definição de ZEIS, exemplo: área do Padre Ulrico e área do Pinheirão (rua Acre); - área do entorno da UPA ser definida como ZEIS; - desapropriação de terrenos ociosos depois da aplicação do IPTU progressivo com pagamentos da Dívida Pública; - Direito de Preempção (previsto no Estatuto das Cidades que visa conferir ao poder público a preferência para adquirir imóvel urbano em razão das diretrizes da política urbana) com objetivo de preservação e utilização social; - Definição de perfil misto de ocupação: verticalização e casa baixa; - empreendimentos fazer estudo de impacto de vizinhança; - taxa de liberação de loteamentos simultâneos utilizar indicador ambiental/social; - revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) para o IPTU; verticalização - novos limites. Professor Ricardo ao finalizar considerou que mudanças no início, causam descontentamento de pessoas afetadas, mas se faz necessário, citou o grande vazio nas proximidades da UPA, a utilização de defensivos agrícolas na área urbana, necessário maior rigor do poder público, taxar como área urbana; outros exemplos Cidade Norte e região do Bairro Padre Ulrico definir como área de interesse social, desapropriar se necessários, utilizar os instrumentos previstos; Área de preservação não pode ser utilizada e para áreas ocupadas criar normas de utilização; para o Modelo de cidade: o grupo entendeu que a verticalização sem delimitação trará transtornos significativos exemplo Curitiba eixos estruturantes; medidas para diminuir especulação imobiliária e não incentivar; No estudo de impacto de vizinhança, tem que existir ações de compensação, não jogar tudo para o poder público; vivemos um período de grande impacto ambiental controle na abertura de loteamentos, exemplo: critérios ambientais sociais com microbacia, não liberar loteamentos simultâneos termina um e depois começa outro, colocar em lista de espera para minimizar os impactos, para as empresas comprovar condição financeira de executar loteamentos e estipular prazos (ex. multa, penalização); Ricardo observou que o Poder Público possui poder de polícia para controle, aumentar quadro de pessoal no urbanismo na fiscalização para um controle eficiente, controle georreferenciado, dar esse passo investir com auxílio do Paranacidade; - Atualização PGV Planta Genérica de Valores: evasão fiscal, valores defasados. Cláudio Loes em dois anos, definir qual tamanho vamos ter nos próximos 10 anos, e ainda mecanismo para garantir que não queremos expandir, planejamento contínuo não mudar em troca de gestões. GRUPO 4: Guilherme Seifert Neto: Zoneamento Urbano: - Delimitação real dos recursos hídricos e das áreas de preservação, nas 6 zonas e 16 itens tratar em uma reunião específica, o que o grupo debateu praticamente já foi dito nas outras apresentações. GRUPO 5/6: Ertal de Oliveira - Parâmetro de ocupação e uso do solo – pessoalmente é contrário a taxa de 100% com garagem na região central, o grupo não chegou a um consenso, sugeriu reunião posterior com engenheiros e arquitetos que tem em sua rotina a questão, para definir o parâmetro a apresentar proposta. Ertal discorreu

sobre a necessidade de fiscalização, falou de sua experiência em anos anteriores no setor público participando no planejamento, se não houver fiscalização, em vão é todo este trabalho, exemplo: tem visto obras com betoneira no passeio, calçada de circulação, ou barraco da obra praticamente na rua; número de fiscais continua reduzido, necessário maior número, maior empenho; - Altura de edificação deixar livre ex: 100 andares. Captação de água da chuva em áreas delimitadas, a Lei diz que a partir de setembro todas as edificações devem ter sistema de captação de águas da chuva. Plano Diretor é uma Lei; - estudo de impacto ambiental, deu exemplo prédio que afetou a vizinhança, foi feito mas não é analisado e fiscalizado, se analisar últimas construções não teriam sido executadas se houvesse estudo de impacto ambiental: FISCALIZAÇÃO E EMPENHO. Opinou deficiente a fiscalização de modo geral como, saúde, vigilância sanitária, deu exemplo em reforma de mercado na medição encontrou ratos, padarias balde de baratas. Concluída apresentação dos grupos, ao finalizar a reunião Antonio Pedron, Secretário de Planejamento informou reunião com equipe de estudos do Estado do Paraná e União sobre o nível das cheias. Destacou que o Plano Diretor é ferramenta imprescindível no crescimento ordenado e sustentável, e que muitas vezes uma fiscalização insuficiente se dá pela falta de planta clara e objetiva dos loteamentos e imóveis, é dever também do cidadão fiscalizar, cada um fazer sua parte, citou exemplo: do programa para solicitar CPF na nota, estabelecimentos comerciais devem emitir sua nota, o produtor rural, igualmente; melhorar fiscalização e cada um fazer sua parte, muitas vezes o cidadão faz construção irregular burlando as normas sabendo ser incorreto, é uma forma de corrupção, se faz necessária visão ética e de cidadania. Consciência de deveres também, não somente direitos; cidadania é cuidar da cidade, é dever de todos. Antonio Pedron e Dalcy Salvati agradeceram os presentes e deram por encerrados os trabalhos às dezenove horas e dez minutos. Foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação desta ata, que segue acompanhada pela lista de presença e assinatura dos participantes.